

Arnaldo Coelho

Faculdade de Economia de Coimbra



O primeiro dia do resto das nossas vidas

Não consigo imaginar nada mais desconfortável que escrever num sábado à tarde um artigo para ser publicado na segunda-feira, a seguir às eleições. Convenhamos, seria muito mais cómodo e estimulante escrever algo já na posse dos resultados eleitorais.

Ainda assim, mais interessante que discutir aritmética eleitoral e geografia parlamentar, será talvez pensar nos dois caminhos potenciais que deveremos ter pela nossa frente, já esta segunda-feira, como resultado destas eleições. Um deles, já o conhecemos bem e tem sido dominante desde os anos 2000. Ele assenta num papel forte do estado, no investimento público e numa lógica eminentemente distributiva. Pedro Nuno Santos tem mostrado uma vontade inabalável de aprofundar esta linha de ação. Ela tem produzido uma carga fiscal asfixiante e um impacto assinalável na dívida pública, que só a inflação ajudou a inverter de forma consistente, embora, nos próximos anos, com o fraco desempenho da economia, possa vir a aumentar de novo. Na verdade, fruto da inflação e da fiscalidade, estamos todos mais pobres: os funcionários públicos, os quadros médios, a população em geral, e talvez mesmo os recebedores do salário mínimo, todos perdemos poder de compra. Ao mesmo tempo, as classes médias estão a definhar e têm cada vez menos capacidade de continuar a pagar este estado despesista e descontrolado. Como consequência, temos a 13ª economia mais lenta do mundo entre 2000 e 2024, e temos sido consistentemente ultrapassados por quase todos os últimos países a aderir à União Europeia.

Em paralelo, temos um outro caminho, uma outra visão mais liberal da economia, mais assente no mercado, na iniciativa privada e na criação de riqueza, assumindo com clareza que é necessário melhorar o estado assistencial, mas isso só é possível com uma economia mais pujante. Esta é uma receita que se tem disseminado na Europa nos últimos anos e até no continente americano se conhecem alguns casos de mudança profunda neste sentido. Coincidentemente, alguns dos estudos de prospetiva para a economia portuguesa, como o da SEDES, curiosamente conduzidos por dois eminentes socialistas, mostram que este é claramente o caminho mais promissor para a economia portuguesa. Se neste momento o crescimento do PIB potencial de Portugal andar entre 1 e 2%, estes estudos e este caminho fornecem a receita para duplicar este crescimento e fazer Portugal aproximar-se dos padrões médios Europeus.

Se nos remetemos à aritmética eleitoral, os reformados estarão eminentemente do lado do primeiro caminho, mais estatizante, e os jovens, que têm vindo a demonstrar um entusiasmo crescente com a política e com o cenário eleitoral, estão claramente mais apostados na segunda via, e em desenhar um futuro viável para si e para Portugal. O estudo da SEDES, que não me canso de referenciar, mostra que é possível duplicar o PIB em 20 anos, ter um crescimento médio do PIB anual de 3,5%, atingir a média da união europeia em 2036, e aumentar o PIB per capita em paridades de poder de compra em 20% até 2030. Apesar de estar já muito perto da reforma, não posso deixar de me identificar mais com esta preocupação e visão dos jovens que procuram um futuro viável para si, em Portugal. E não será de mais lembrar aos mais idosos que os seus filhos e netos merecem um futuro no seu país e não serem expulsos para a imigração.

Ainda é cedo para nos resignarmos.

Arnaldo Coelho escreve à segunda-feira, mensalmente



Temos a 13ª economia mais lenta do mundo entre 2000 e 2024, e temos sido consistentemente ultrapassados por quase todos os últimos países a aderir à União Europeia

Ainda assim, mais interessante que discutir aritmética eleitoral e geografia parlamentar, será talvez pensar nos dois caminhos potenciais que deveremos ter pela nossa frente, já esta segunda-feira, como resultado destas eleições. Um deles, já o conhecemos bem e tem sido dominante desde os anos 2000. Ele assenta num papel forte do estado, no investimento público e numa lógica eminentemente distributiva. Pedro Nuno Santos tem mostrado uma vontade inabalável de aprofundar esta linha de ação. Ela tem produzido uma carga fiscal asfixiante e um impacto assinalável na dívida pública, que só a inflação ajudou a inverter de forma consistente, embora, nos próximos anos, com o fraco desempenho da economia, possa vir a aumentar de novo. Na verdade, fruto da inflação e da fiscalidade, estamos todos mais pobres: os funcionários públicos, os quadros médios, a população em geral, e talvez mesmo os